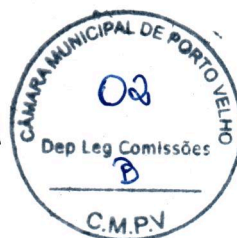




**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**GABINETE DA VEREADORA ELLIS REGINA**



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº** , DE DE DE 2021.

Proj. de Lei Comp. nº 1157/2021  
Resolução \_\_\_\_\_  
Decreto Legislativo \_\_\_\_\_  
Emenda \_\_\_\_\_  
Data 11/03/21 Horário 14h00

*"Dispõe sobre afastamento dos servidores públicos Municipais, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo Município de Porto Velho, nos casos de suspeita de contágio pelo Covid-19."*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 65, §1º, II, e 87, III, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho,

**FAZ SABER** que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI COMPLEMENTAR:**

**Art. 1º.** O servidor com suspeita de contágio pelo Covid-19, deverá ser imediatamente afastado do ambiente de trabalho, devendo permanecer em regime de trabalho domiciliar pelo período máximo de 10 (dez) dias.

**§1º.** No prazo previsto no caput, o servidor deverá providenciar os exames necessários à verificação do contágio ou não pelo Covid-19.

**§2º.** Caso o resultado dos exames seja negativo, dentro do prazo previsto no caput, o servidor deverá informar o resultado ao Setor de Recursos Humanos da Unidade Administrativa onde exerce suas funções e retornar à atividade presencial imediatamente.

**§3º.** Atestando positivo para Covid-19, o servidor deverá encaminhar o resultado dos exames à Junta Médica da Secretaria Municipal de Administração, que adotará as providências necessárias quanto à licença médica.

**Art. 2º.** Caso o servidor não providencie os exames no prazo previsto no artigo anterior, está vedado o seu retorno às atividades presenciais, devendo ser feito o registro de falta ao serviço a partir do décimo primeiro dia de afastamento.

**Art. 3º.** O titular da Unidade Administrativa ou as Chefias imediatas, que tomarem conhecimento de caso em que o servidor esteja acometido pelo Covid-19, deverá afastar imediatamente, na forma do artigo 1º, todos os servidores do Setor onde o servidor infectado exerce suas atividades e / ou outros Setores que entender necessário, por medida de segurança, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

**Art. 4º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 08 de março de 2021.

  
**ELLIS REGINA BATISTA LEAL**  
**VEREADORA/PODEMOS**



**CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**GABINETE DA VEREADORA ELLIS REGINA**

**JUSTIFICATIVA**



Senhor Presidente,

Este Projeto tem como objetivo, colocar em prática a formalidade de afastamento dos servidores públicos municipais que apresentarem suspeitas do covid 19, com a chegada da pandemia do COVID-19 ao Brasil, surgem questões práticas relevantes sobre os direitos e deveres de servidores neste contexto. Uma das questões ainda sem resposta é a possibilidade de afastamento de servidores com suspeita ou contaminados pelo Coronavírus. Para que analisemos a questão, é preciso entender os efeitos do Coronavírus, bem como as medidas tomadas para enfrentá-lo, uma vez que contato com pessoa infectada pelo agente Coronavírus (COVID-19) que ainda não fez o exame para confirmação da doença proporciona um grande contágio nos demais e não revela sintomas característicos da doença. Após, termos feito a justificativa, esperamos a aprovação do respectivo Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 08 de março de 2021.

**ELLIS REGINA BATISTA LEAL**  
**VEREADORA/PODEMOS**